



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 8.547, DE 2017 **(Do Sr. Laudivio Carvalho)**

Altera redação do Decreto Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941 para atribuir ao Tribunal do Júri a competência para julgar os crimes de corrupção ativa e passiva.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-3267/2012.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso nacional decreta:

Art. 1º - O §1º do artigo 74 do Decreto Lei nº 3.689 de 03 de outubro 1941, Código de Processo Penal, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 74.....

§ 1º Compete ao Tribunal do Júri o julgamento dos crimes previstos nos artigos 121, §§1º e 2º, 122, parágrafo único, 123, 124, 125, 126, 127, **317 e 333** do Código Penal, consumados ou tentados.” (NR)

Art. 2º Esta norma entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O tribunal do júri tem importante papel perante a sociedade, pois é o responsável pelo julgamento dos crimes dolosos contra a vida. Neste tipo de tribunal, cabe ao colegiado de populares declarar se determinado fato aconteceu e se o réu é culpado ou inocente.

Atualmente, ocorre que vários dos motivos que levam a prática do crime de homicídio e, posteriormente, ao julgamento pelo tribunal do júri não estão amparados como atribuições deste colegiado, como é o caso da corrupção ativa e passiva.

O Brasil passa por uma crise econômica em larga escala derivado, principalmente, das ações de corrupção ativa e passiva e que necessitam de esforços da sociedade no seu combate. A polícia federal e o Ministério Público são alguns dos atores que começaram a enfrentar o problema de frente, mas somente suas ações não são suficientes.

É preciso melhorar a legislação para criar mecanismos mais rígidos de combate e controle. Uma das opções encontradas por este parlamentar é atribuir ao tribunal do júri essa função.

A corrupção por ser atrelada ao momento da oportunidade e por possuir penalidades brandas se torna opção para o desvio de recursos públicos. Na segurança pública, por exemplo, a falta de efetivo de pessoal, de equipamentos, a

precariedade do sistema penitenciário e as reformas que não saem do papel são indicadores que aumentam a criminalidade e provocam inúmeros homicídios.

Da mesma forma, na saúde não é diferente. A falta de medicamentos, de atendimentos e de profissionais especializados afetam diretamente os serviços prestados a sociedade.

Esses dados nos levam a um denominador comum, a corrupção é componente essencial para o aumento do número de mortes na sociedade. E por que não atribuir ao tribunal do júri o julgamento destes crimes?

São várias as situações que demonstram a necessidade de mudança na legislação: a paralisação da polícia militar no estado do Espírito Santo no começo de fevereiro deste ano, a criação das 10 medidas contra a corrupção elaboradas pelo Ministério Público Federal, o déficit nas contas públicas equivalentes a 159 bilhões de reais, a situação crítica do estado do Rio de Janeiro que não conseguem se quer pagar os salários dos funcionários públicos. O crime de corrupção é tão grave quanto ao crime homicídio e necessita de tratamento específico para coibir a sua prática.

Esses são indicadores que apontam a corrupção como foco central da desorganização do Estado.

Ampliar a competência do Tribunal do Júri para o julgamento de crimes de corrupção irá inibir essas situações e consequentemente garantir mais responsabilidade com a utilização dos recursos públicos.

Neste sentido, peço o apoio dos nobres colegas para aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 2017.

Deputado **LAUDIVIO CARVALHO**

Solidariedade/MG

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
 Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
 Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
 Seção de Legislação Citada - SELEC

DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941

Código de Processo Penal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte Lei:

LIVRO I
DO PROCESSO EM GERAL

TÍTULO V
DA COMPETÊNCIA

CAPÍTULO III
DA COMPETÊNCIA PELA NATUREZA DA INFRAÇÃO

Art. 74. A competência pela natureza da infração será regulada pelas leis de organização judiciária, salvo a competência privativa do Tribunal do Júri.

§ 1º Compete ao Tribunal do Júri o julgamento dos crimes previstos nos arts. 121, §§ 1º e 2º, 122, parágrafo único, 123, 124, 125, 126 e 127 do Código Penal, consumados ou tentados. (*Parágrafo com redação dada pela Lei nº 263, de 23/2/1948*)

§ 2º Se, iniciado o processo perante um juiz, houver desclassificação para infração da competência de outro, a este será remetido o processo, salvo se mais graduada for a jurisdição do primeiro, que, em tal caso, terá sua competência prorrogada.

§ 3º Se o juiz da pronúncia desclassificar a infração para outra atribuída à competência de juiz singular, observar-se-á o disposto no art. 410; mas, se a desclassificação for feita pelo próprio Tribunal do Júri, a seu presidente caberá proferir a sentença (art. 492, § 2º).

CAPÍTULO IV
DA COMPETÊNCIA POR DISTRIBUIÇÃO

Art. 75. A precedência da distribuição fixará a competência quando, na mesma circunscrição judiciária, houver mais de um juiz igualmente competente.

Parágrafo único. A distribuição realizada para o efeito da concessão de fiança ou da decretação de prisão preventiva ou de qualquer diligência anterior à denúncia ou queixa prevenirá a da ação penal.

TÍTULO VI
DAS QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES

CAPÍTULO V DA RESTITUIÇÃO DAS COISAS APREENDIDAS

Art. 121. No caso de apreensão de coisa adquirida com os proventos da infração, aplica-se o disposto no art. 133 e seu parágrafo.

Art. 122. Sem prejuízo do disposto nos arts. 120 e 133, decorrido o prazo de 90 dias, após transitar em julgado a sentença condenatória, o juiz decretará, se for caso, a perda, em favor da União, das coisas apreendidas (art. 74, II, *a* e *b* do Código Penal) e ordenará que sejam vendidas em leilão público.

Parágrafo único. Do dinheiro apurado será recolhido ao Tesouro Nacional o que não couber ao lesado ou a terceiro de boa-fé.

Art. 123. Fora dos casos previstos nos artigos anteriores, se dentro no prazo de 90 dias, a contar da data em que transitar em julgado a sentença final, condenatória ou absolutória, os objetos apreendidos não forem reclamados ou não pertencerem ao réu, serão vendidos em leilão, depositando-se o saldo à disposição do juízo de ausentes.

Art. 124. Os instrumentos do crime, cuja perda em favor da União for decretada, e as coisas confiscadas, de acordo com o disposto no artigo 100 do Código Penal, serão inutilizados ou recolhidos a museu criminal, se houver interesse na sua conservação.

CAPÍTULO VI DAS MEDIDAS ASSECURATÓRIAS

Art. 125. Caberá o seqüestro dos bens imóveis, adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, ainda que já tenham sido transferidos a terceiro.

Art. 126. Para a decretação do seqüestro, bastará a existência de indícios veementes da proveniência ilícita dos bens.

Art. 127. O juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou do ofendido, ou mediante representação da autoridade policial, poderá ordenar o seqüestro, em qualquer fase do processo ou ainda antes de oferecida a denúncia ou queixa.

Art. 128. Realizado o seqüestro, o juiz ordenará a sua inscrição no Registro de Imóveis.

TÍTULO IX DA PRISÃO, DAS MEDIDAS CAUTELARES E DA LIBERDADE PROVISÓRIA *(Título com redação dada pela Lei nº 12.403, de 4/5/2011, em vigor a partir de 4/7/2011)*

CAPÍTULO IV DA PRISÃO DOMICILIAR *(Capítulo com redação dada pela Lei nº 12.403, de 4/5/2011, em vigor a partir de 4/7/2011)*

Art. 317. A prisão domiciliar consiste no recolhimento do indiciado ou acusado em sua residência, só podendo dela ausentar-se com autorização judicial. *(Artigo com redação dada pela Lei nº 12.403, de 4/5/2011, em vigor a partir de 4/7/2011)*

Art. 318. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for: *(“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 12.403, de 4/5/2011, em vigor a partir de 4/7/2011)*

I - maior de 80 (oitenta) anos; *(Inciso acrescido pela Lei nº 12.403, de 4/5/2011, em vigor a partir de 4/7/2011)*

II - extremamente debilitado por motivo de doença grave; *(Inciso acrescido pela Lei nº 12.403, de 4/5/2011, em vigor a partir de 4/7/2011)*

III - imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência; *(Inciso acrescido pela Lei nº 12.403, de 4/5/2011, em vigor a partir de 4/7/2011)*

IV - gestante; *(Inciso acrescido pela Lei nº 12.403, de 4/5/2011, com redação dada pela Lei nº 13.257, de 8/3/2016)*

V - mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos; *(Inciso acrescido pela Lei nº 13.257, de 8/3/2016)*

VI - homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos. *(Inciso acrescido pela Lei nº 13.257, de 8/3/2016)*

Parágrafo único. Para a substituição, o juiz exigirá prova idônea dos requisitos estabelecidos neste artigo. *(Parágrafo único acrescido pela Lei nº 12.403, de 4/5/2011, em vigor a partir de 4/7/2011)*

CAPÍTULO V DAS OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES

(Capítulo com redação dada pela Lei nº 12.403, de 4/5/2011, em vigor a partir de 4/7/2011)

Art. 333. Depois de prestada a fiança, que será concedida independentemente de audiência do Ministério Público, este terá vista do processo a fim de requerer o que julgar conveniente.

Art. 334. A fiança poderá ser prestada enquanto não transitar em julgado a sentença condenatória. *(Artigo com redação dada pela Lei nº 12.403, de 4/5/2011, em vigor a partir de 4/7/2011)*

FIM DO DOCUMENTO